



— * ELEIÇÕES * —

**VOTO PELAS
DEMANDAS
DO POVO!**

- ★ **MAIS E MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS**
- ★ **REVERSÃO DAS PRIVATIZAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES**
- ★ **FIM DO CONFISCO DOS APOSENTADOS**
- ★ **CONSTRUÇÃO DE MORADIAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**
- ★ **DESMILITARIZAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS**
- ★ **TAXAR OS RICOS: IPTU PROGRESSIVO, REVISÃO DAS ISENÇÕES**

REUNIÃO NACIONAL DE SINDICATOS LANÇA MANIFESTO

pág. 7

NACIONAL
SERIAM OS GENERAIS
INOCENTES?
pág. 8

NACIONAL
EMENDAS IMPARÁVEIS:
A "CONCILIAÇÃO" DOS PODERES
pág. 9

SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO
EM CHICAGO,
"VOLTAREMOS AOS CÂMPUS"
pág. 12

Estudantes de Institutos Federais em Minas mobilizam contra bloqueios de verba



↳ Estudantes em assembleia no campus do IF Juiz de Fora

O sufocamento orçamentário causado pelos constantes cortes e bloqueios de recursos está comprometendo o funcionamento dos Institutos Federais. Havia previsão de prever R\$ 2,58 bilhões para a rede federal esse ano, mas em julho, o governo impôs um bloqueio brutal de R\$ 482,4 milhões – 18% do orçamento total – além de um corte de R\$ 28 milhões na

receita própria da rede. No Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, a situação é alarmante. O orçamento deveria ser de R\$ 47,2 milhões, mas com o bloqueio de 18%, a execução de R\$ 8,5 milhões foi impedida. Se considerarmos apenas os recursos destinados ao custeio e manutenção, o corte sobe para 26%. No campus Juiz de Fora, o orçamento atual de R\$ 8,55

milhões é o mesmo de 2015, mesmo com o aumento no número de cursos, alunos e a alta da inflação no período. Se o orçamento fosse corrigido pelo IPCA, o campus deveria contar com pelo menos R\$13 milhões a mais.

Sem orçamento, educação vira moeda de troca

Na falta de uma política do governo

para ampliar os investimentos, as instituições federais de ensino começam a criar dependência de emendas parlamentares. As emendas têm se tornado a principal fonte de investimentos, sujeitando reitorias e diretores dos IFs aos interesses de políticos, que transformam a educação em moeda de troca no jogo eleitoral. A correta decisão do governo Lula de criar 100 novos Institutos Federais, é contraditória com o sucateamento e falta de recursos. Entre 2020 e 2023, as matrículas na Rede Federal cresceram 14%, mas o orçamento não acompanhou essa expansão.

Grêmios em luta pela recomposição do orçamento

O Grêmios Estudantil Técnico Secundarista (GETS) se levantou em defesa dos estudantes. Durante a reunião do conselho superior do IF, o GETS repudiou a política de cortes, exigindo a manutenção integral da assistência estudantil e prepara novas mobilizações. O governo deve atender às expectativas dos estudantes e romper a política de déficit zero que corroi o investimento. Nossa luta continua para cobrar governo e reitorias pelo atendimento às demandas dos estudantes e pela recomposição do orçamento da educação!

Adriano Mendes Vale

Pelas demandas da juventude nas eleições municipais

A Juventude Revolução do PT construiu uma plataforma de reivindicações dirigida aos vários candidatos às Câmaras Municipais e prefeituras pelo país. O Conselho Nacional da Juventude Revolução discutiu elaborar reivindicações como passe-livre estudantil, reformas de escolas e praças, não ao armamento das guardas municipais e não a privatização de escolas e serviços públicos para levá-las aos candidatos petistas com os quais os núcleos da JR discutiram apoiar. Em Juiz de Fora - MG, Daniela Oliveira, militante da Juventude Revolução, que está na campanha de Kiko Halfeld, candidato a vereador, relatou que a JR exigiu um compromisso com a luta por esporte e lazer. “É preciso cobrar a melhoria dos equipamentos de esporte e cultura, reformas de quadras e campos de várzea, construção de praças e opções de lazer, em especial nos bairros da periferia. Também defendemos junto com o Kiko a criação de

uma Empresa Pública de Transporte e a gratuidade da passagem para todos os dias da semana.”

Muriel de Alencar, militante da Juventude Revolução em Cuiabá - MT, está na campanha para vereador do Professor Robinson Cireia e falou dos compromissos assumidos pelo candidato com a juventude: “Aqui em Cuiabá, fizemos uma reunião de jovens com o Robinson Cireia, nosso candidato a vereador pelo PT. Aqui, como em todo o país, falta emprego de qualidade para a juventude. Houve uma diminuição na taxa de desemprego no país, mas a juventude ainda continua com subempregos e empregos sem direitos. A prefeitura precisa abrir concursos públicos e incentivar empregos de qualidade. Outra questão é a liberdade de expressão artística. Sem espaços de lazer e cultura, a única coisa que sobra pra juventude é a droga. Nós queremos ter espaço para produzir arte, fazer batalhas de rima sem



↳ JRdoPT em plenária do candidato Robson Cireia em Cuiabá

repressão policial. Para isso, uma reivindicação nossa na campanha é a reabertura do Centro Cultural Silva Freire, na região do Coxipó, em Cuiabá.”

As eleições municipais também são um terreno para a luta da juventude. Durante a campanha eleitoral, a

Juventude Revolução conversa e abre relações com jovens nos bairros que buscam um apoio para suas reivindicações. Para o atendimento das demandas da juventude, a JR do PT está na campanha pelo voto 13!

Kris Silvano

As eleições são um terreno de luta pelos direitos

No dia 31 de agosto, representantes de cerca de 70 entidades sindicais se reuniram para debater a continuidade da batalha, iniciada na Marcha a Brasília de maio, em torno das revogações das reformas trabalhista, da Previdência e da lei das terceirizações (ver pág. 7). A reunião decidiu formar uma coordenação e impulsionar um manifesto de mil sindicalistas para ser entregue em novembro aos três poderes.

Um metalúrgico presente na atividade tocou em um ponto em sua intervenção: "Lula foi eleito pelos trabalhadores com essa esperança, isso foi alimentado também, de um compromisso de rever essas contrarreformas". É verdade. Sua eleição concentrou essa esperança. Mas é comum se escutar a pergunta, legítima, entre trabalhadores, de se é possível fazê-lo e como travar essa luta.

É evidente a quem quiser ver que existem obstáculos. As instituições do país os concentram. Os poderes, em grau de podridão avançado, criam alguns muros. O Congresso, que se apóia no clientelismo das emendas parlamentares, torna-se cada vez mais reacionário. O Judiciário, que não tem nenhum mecanismo de controle democrático pelo povo, se arvora com a sua cúpula, o STF, a literalmente legislar contra o povo, aos invés de defender as conquistas democráticas e sociais inscritas nas legislações. E ainda há os milicos, um poder de fato, que nunca foram punidos pelos

seus largos crimes à nação e seguem tutelando a República.

Mas seriam esses muros intransponíveis?

Não. Primeiro porque o poder Executivo, hoje, está nas mãos do maior líder popular do país, eleito por uma força monumental contra tudo e todos. Então, deveria ocupar o seu lugar na mobilização do povo contra essas forças e não se afundar na conciliação - como no caso das emendas

É possível, e quanto antes a batalha ganhar corpo, melhor.

Assim deve ser nas eleições, tarefa central das próximas três semanas, na batalha pelo voto PT e pelas demandas do povo.

Ainda pipocam pelo país candidatos que surfam em um discurso pretensamente "antissistema", e galvanizam setores do eleitorado. Entre outros, é o caso de Pablo Marçal em São Paulo.

Por que o conseguem?

Primeiro, porque há uma frustração de expectativas. Entra ano, sai ano, e o essencial dos problemas continua, mesmo com Lula. Mas há uma vontade, às vezes implícita, às vezes explícita, de rechaçar "tudo que está aí", "o sistema". Vontade essa que é manipulada pelo discurso de muitos falsários. "Tudo que está aí", o poder, são as podres instituições, que bloqueiam os direitos e as demandas populares.

Nessas eleições o voto no PT, com base em pontos práticos de interesse popular, é o que pode diferenciar da demagogia dos políticos picaretas da direita e da extrema direita.

De nossa parte, até 6 de outubro, no combate olho no olho, junto aos candidatos do PT que apoiamos, aos companheiros do Diálogo e Ação Petista e outros, trilharemos esse caminho.

À luta, voto no 13!

**À LUTA,
VOTO NO
13!**

parlamentares ao orçamento. Segundo, porque a força do povo organizado é maior do que qualquer muro. Cabe, portanto, às organizações e lideranças que falam em nome dos trabalhadores e do povo também ocuparem seus postos.

De qualquer forma, o único caminho é ligar as duas batalhas, pois uma alimenta a outra: a luta pelas revogações e pelos direitos e o questionamento dos podres poderes. Não há outra maneira.

OS NOSSOS

Camarada Roni, presente!

No dia 31/08 lamentamos a morte precoce de Ronaldo Conceição Fiuza. Militante da Corrente O Trabalho do PT, professor Roni, como era conhecido, foi acometido de um mal súbito e faleceu aos 43 anos de idade, deixando esposa e dois filhos.

Roni era professor da rede municipal e estadual de Cruz das Almas (BA) e ficou conhecido por sua simplicidade, companheirismo e seu combate intransigente em defesa da educação pública e dos direitos do povo trabalhador.

Roni foi dirigente do Partido dos Trabalhadores de Cruz das Almas e candidato a vereador em 2020. Como membro da corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da IV Internacional, foi um soldado na luta proletária internacionalista.

Como escreveu Edisandro Bingre, professor e pesquisador memorialista de Cruz das Almas, em homenagem a Roni: "Quando morre um professor, a



luta parece perder um de seus guerreiros mais valorosos. Roni lutava não apenas por um ensino de qualidade, mas por um mundo onde todos tivessem as mesmas oportunidades. Em sua partida, parece que a luta se torna mais árdua, mas ao mesmo tempo, nascem novas batalhas, inspiradas pelo exemplo de resistência e determinação que ele nos deixou".

Seguiremos seu combate. Sua luta segue viva em nós!

Camarada Roni, presente!

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Diagramação: Paulo Henrique - MTb.: 0001939/AL



**APOIE
NOSSA
LUTA!**

Assine o jornal operário há mais tempo em circulação!

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano

Na batalha eleitoral, compreender e agir

Apontar os recursos no orçamento

Nessas eleições, pela primeira vez com o funcionamento pleno das federações partidárias, o PT terá candidato em 1380 cidades, além de 26654 candidatos (as) a vereança, uma importante elevação em relação a 2020. Mas, a poucas semanas das eleições, o cenário é, no mínimo, preocupante.

Na maioria das grandes e médias cidades, a tão falada polarização com o bolsonarismo ainda não aconteceu. Conforme levantamento de pesquisas feito pelo site UOL, nas 26 capitais, os partidos do centrão estão à frente em 23 (o PL em 5). PT, Psol e PSB mantêm a dianteira em uma cidade cada. O PT está na disputa diretamente em 13 capitais.

O que tem de particular nessas eleições?

Em primeiro lugar, não é possível ignorar o lugar que passaram a ocupar as chamadas emendas parlamentares, em particular no âmbito federal, onde elas cresceram e muito. Nos últimos anos, elas saltaram de 4% para 24% do orçamento da União. Nesse ano, serão mais de R\$ 44 bilhões, pouco menos que todo o orçamento discricionário do governo Lula (a parte que o governo tem liberdade para destinar). É o legislativo quem passa a dominar boa parte do orçamento e, na maioria dos casos, motorizam prefeitos e candidaturas da direita. Essa é uma consequência eleitoral imediata de um problema institucional grave.

Em segundo lugar temos as alianças

e apoios eleitorais sem eira nem beira que vão do MDB ao PL de Bolsonaro. Muitas vezes, empurradas goela abaixo da militância em nome de uma governabilidade abstrata que ajuda a confundir a base social do partido.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, é preciso registrar que a direita e a extrema direita estão se sentindo à vontade para fazer a disputa política nacional. Pudera! Passados um ano e meio do ato golpista de 8 de janeiro de 23, sem que nenhum graúdo ou mandante tenha sido condenado, Bolsonaro se dá o direito organizar atos pela anistia dos golpistas. Não é demais acrescentar que, no mesmo intervalo de tempo, apesar de inúmeras medidas parciais corretas e legítimas, não houve

uma medida popular de âmbito nacional tenha sido tomada pelo governo, que pudéssemos usar para ajudar a enfrentar a direita.

Evidentemente a situação não é fácil. Mas sempre temos a possibilidade de compreender o cenário e, tendo como ponto de partida as necessidades concretas do povo no âmbito do município, buscar apresentar propostas no terreno eleitoral que respondam às reivindicações concretas do povo.

Como não somos charlatões, vamos também explicar de onde podem vir os recursos para atender as reivindicações e quem pode e deve ser taxado no município: os ricos através da revisão das isenções fiscais e do IPTU, por exemplo.

Laércio Barbosa



↳ Boulos, Lula e Marta Suplicy em comício no Campo Limpo, São Paulo

Em São Paulo, levar Boulos ao segundo turno e vencer as eleições

Ligar-se às demandas do povo

Nas últimas pesquisas de intenção de voto Boulos, candidato do Psol apoiado pelo PT, aparece em primeiro lugar, em um empate técnico com o atual prefeito Ricardo Nunes do MDB, que conta com o apoio do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (PR), e o bolsonarista "influencer" Pablo Marçal (PRTB). Desde as primeiras pesquisas Boulos tem aparecido na frente ou colado com Nunes, a novidade é o empate triplo que se configurou com o crescimento de Marçal nas pesquisas.

Boulos começou a campanha apostando que apenas o apoio do

presidente Lula poderia ser decisivo. Mas, até agora isso não foi o suficiente. Com o desenrolar da campanha ele passou a assumir alguns compromissos importantes. Em entrevista GloboNews dia 28/8 ele se comprometeu em fazer o "maior programa de regularização fundiária" da história de São Paulo, regularizando a situação de 200 mil moradias. É um dos problemas cruciais da cidade que tem cerca de 30% do total de moradias em situação irregular. Além disso, têm abordado o problema das enormes filas na Saúde, há mais de 500 mil pessoas esperando

uma consulta médica na cidade, propondo construir 16 "Poupatempos da Saúde" - um tipo de centro de especialidades médicas e exames e contratação emergencial de médicos. Outro compromisso assumido é o fim da contribuição previdenciária de 14% sobre os aposentados do serviço municipal. Um tema importante para os servidores públicos, bem como o compromisso de reverter a privatização do sistema funerário. Este é o caminho, avançando nos compromissos com os interesses da classe trabalhadora, com propostas práticas.

Marçal e o discurso antissistema

Marçal tem conseguido até aqui surfar, de um lado, na ambiguidade de Bolsonaro em seu apoio a Nunes e capturar uma parte do eleitor bolsonarista. Por outro lado, ele conseguiu capturar a atenção do eleitor descontente com o atual sistema político com um discurso "antissistema". Uma insatisfação concreta com a podridão das instituições que estão aí e permanecem intocadas.

A polarização que interessa

Em um primeiro momento, a campanha de Boulos respondeu à ascensão de Marçal com uma manifestação "São Paulo pela democracia e contra o bolsonarismo". Pipocaram cards nas redes com "São Paulo antifascista". Dito dessa forma é vazio de conteúdo para o povo. Mas a polarização que interessa à classe trabalhadora é a de programa, a de questões concretas. A democracia não é secundária, mas precisa estar associada aos direitos para aqueles que sofrem nas filas da saúde e do desemprego ou que tem o emprego precarizado pela reforma trabalhista.

A força para levar Boulos ao 2º turno e vencer as eleições só pode vir daí. Este é o combate do momento na cidade para abrir um caminho para o atendimento das demandas populares. Boulos pode e deve aprofundar, na campanha, o que seu governo se propõe a fazer para atender essas demandas e mostrar que a cidade mais rica do país deve ter o seu orçamento a serviço da maioria do povo. Para isso é preciso cobrar imposto dos ricos e grandes empresas, reverter as privatizações e terceirizações para financiar a expansão necessária nos serviços públicos. Essas são as propostas que permitem se delimitar de "tudo que está aí; do sistema". Os trabalhadores entenderão.

Cristiano Flecha

MORADORES DO COMPLEXO DA MARÉ SOFREM COM OPERAÇÕES POLICIAIS

Entrevista por Áurea Alves, militante do DAP RJ

A comunidade vive desde agosto sob operações policiais quase ininterruptas, que além da violência extrema, impactam de forma cruel a vida de todos. Sem conseguir sair de casa, trabalhadores perdem seus empregos e jovens estão sem aulas, com escolas fechadas. Casas estão sendo demolidas. Entrevistamos Beatriz, de 39 anos e sua filha Marcela de 16. Elas moram no Parque União, uma das comunidades que fazem parte do Complexo da Maré. Os nomes verdadeiros foram omitidos como forma de segurança.

Você pode relatar como e quando começou a operação? Houve alguma orientação aos moradores?

Beatriz: Começou 19 de agosto às 4:50 da manhã. Acordamos com tiros. Não orientaram nada... Não se importam com os moradores, nem com os trabalhadores que precisam sair da comunidade. Esses saem em meio a tiros, arriscando a própria vida porque precisam do ganha pão. Estão entrando dentro das casas, coagindo os moradores, revirando tudo. Eles não respeitam pessoas de idade ou criança e, se tiver adolescentes, já agem com discriminação. Ainda mais se forem negros. Esses sofrem o dobro com o racismo. São empurrados e sofrem agressões. Se a pessoa tem algum dinheiro ou até coisas de valor; levam para eles.

Como o pessoal está se virando para comprar alimentos, remédios, etc? As pessoas têm consigo ir trabalhar?

Beatriz: Estamos tentando sobreviver aqui. Uns ajudam com o que têm. Outros estão passando fome com filhos pequenos e com adolescentes, sem suporte nenhum e sem garantia de

saúde. Clínicas com portas fechadas. Não há auxílio de alimentação. Está se tornando um verdadeiro caos; fora o psicológico, por ter que passar por tudo isso. Muitos perderam os empregos por não poderem sair da comunidade. Outros estão com medo de sair de suas casas e deixar seus filhos sozinhos. Alguns ainda tentam trabalhar e abrir o comércio. Mas tem prejudicado muito, porque os moradores com medo não saem. As vendas não estão suprindo as necessidades de pagar o aluguel, fornecedores e, até mesmo, os funcionários. Muitos comércios fecharam.

A imprensa noticiou a prisão de moradores que filmavam a ação policial, é verdade?

Beatriz: A imprensa não noticiou que moradores foram agredidos pela polícia após gravar os relatos verdadeiros do que tem acontecido aqui. Quando a polícia vê que estão gravando, partem para cima. Não querem saber se é idoso, criança ou adolescente. Inclusive, um menor foi preso por fazer um vídeo sobre o que eles estavam passando nas mãos dos policiais. Saiu algemado, sofrendo várias ameaças. Outros que foram agredidos apenas por estar com celular.

Essa ação tem a participação da Prefeitura? Em algum momento as famílias residentes foram procuradas por agentes sociais?

Beatriz: O Prefeito é conivente com tudo o que se passa. Em nenhum momento teve a capacidade de vir com agentes

“

Estão entrando dentro das casas, coagindo os moradores, revirando tudo. Eles não respeitam pessoas de idade ou criança e, se tiver adolescentes, já agem com discriminação.



↳ Complexo da Maré, RJ

sociais para poder dar assistência aos moradores.

Com as escolas fechadas, como está a situação das crianças e jovens?

Marcela: Estou me sentindo muito mal. Me sentindo prejudicada. Já quase não tem aula por ser dentro da comunidade. Me sinto excluída. Presa dentro de casa sem poder sair. Sem poder ter contato com minhas colegas.

Alguma vez disseram quando vão encerrar as ações? Há esperanças que a situação melhore?

Beatriz: Infelizmente

não temos nenhum tipo de garantia de quando vão encerrar. Pelo que está circulando, vai se prolongar. Não tenho esperança de melhora. Os governantes teriam que ajudar. Engajar os jovens e adolescentes em projetos, cursos de qualificação, ao primeiro emprego e incentivá-los a ser o nosso futuro. Sou a favor de um país melhor com o futuro de nossas crianças e adolescentes!

Os moradores também têm denunciado a demolição de moradias que, segundo a polícia, seriam de traficantes, mas na verdade são de trabalhadores que vivem lá há anos. Vários protestos já aconteceram, como um que juntos cerca de mil pessoas no fim de agosto. Nele uma outra moradora mãe de três crianças pequenas, que não quis se identificar, declarou que “estão quebrando o prédio com moradores dentro dos apartamentos”.

SEGUE A LUTA PELA ESCOLA LAICA NO CEARÁ



↳ Elmano de Freitas prometendo bíblias

Como noticiado nesta página em COT 937, o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT) assumiu compromisso, diante de um Congresso Evangélico ocorrido em Fortaleza, de distribuir exemplares da Bíblia na rede estadual de ensino.

Dias depois, foi acelerada a tramitação do Projeto de Indicação do Deputado Apóstolo Luiz Henrique, que foi aprovado em tempo recorde na Assembleia Legislativa do Ceará em 14/08, que propõe, além da distribuição de Bíblias, a inclusão de conteúdo bíblico no currículo escolar. O compromisso

de distribuição de Bíblias estava assim destinado a assegurar material didático para inclusão deste tema transversal no currículo escolar, tudo naturalmente financiado com recursos públicos.

Embora a distribuição das Bíblias seja polêmica, o aspecto mais preocupante é esta inclusão do conteúdo bíblico no currículo escolar como tema transversal, o que representa uma forma de doutrinação religiosa, ferindo o princípio do Estado laico.

Diante dessa ameaça ao Estado laico, houve urgente reação democrática para impedir a implementação

dessa proposta, tendo se constituído um comitê de entidades e indivíduos em defesa da escola laica. Uma primeira reunião decidiu a divulgação de um manifesto e o estudo de um instrumento legal para contestar na Justiça o Projeto de Indicação. O Setorial Interreligioso do PT aderiu ao comitê.

O Comitê se acha agora em alerta, pois o governador prometeu o envio de projeto de iniciativa do Executivo para assegurar verbas para por em prática a indicação aprovada pela Assembleia. A luta, portanto, prossegue.

Eudes Baima

Pelo fim do confisco! Derrubada da Reforma da Previdência

Ato em Porto Alegre reúne centenas de servidores

Em 29/8 mais de 500 servidores das três esferas realizaram um ato em frente ao TRF4, em Porto Alegre, pressionando o STF pela derrubada da Reforma da Previdência de Bolsonaro (EC 103/2019). Presentes professores estaduais, servidores da universidade de Santa Maria, do executivo e do judiciário federal e estadual, policiais civis e de municípios de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Estância Velha e Porto Alegre. Houve também manifestações em São Paulo e Curitiba.

O STF está julgando ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) sobre o tema. Em 19/6, o Supremo formou maioria para derrubar alguns dos pontos questionados nas ações. O julgamento, porém, foi suspenso por Gilmar Mendes quando faltava apenas o voto dele. Todos os votos ainda possam ser modificados. Até o momento, estão sendo derrubadas, entre outras questões, as possibilidades de cobrança de contribuição extraordinária e de que

aposentados e pensionistas que recebem entre um salário-mínimo e R\$ 7.786,02 parem de pagar a Previdência, o chamado confisco. A votação sobre a progressividade das alíquotas está empatada em cinco votos a cinco.

O presidente da CUT/RS, Amarildo Cenci, denunciou que “há setores que querem piorar uma situação que já é ruim”. Citou como exemplo a PEC 66, aprovada no Senado sem voto contrário e que determina que todos os estados e municípios devem aplicar as regras previdenciárias previstas na reforma de Bolsonaro, a não ser que aprovem regras ainda mais rígidas. A PEC que segue agora para Câmara. Amarildo disse que é necessário estar nas ruas para que o governo federal não aplique as medidas que pioram a situação e, ao mesmo tempo, reforçar a luta pela revogação completa da reforma.

Governadores com Barroso e Fachin

Faltando poucos dias para a retomada



↳ Manifestação em Porto Alegre reuniu centenas de trabalhadores

do julgamento, previsto para 19 de setembro, os governadores do DF, Ibaneis Rocha (MDB) e do RS, Eduardo Leite (PSDB), reuniram em dias diferentes com os ministros Barroso e Fachin para “sensibilizar” o STF sobre o impacto financeiro do fim do confisco.

Os servidores decidiram seguir a campanha pela derrubada dos pontos que estão em julgamento. A possível derrubada desses pontos deve animar o prosseguimento da luta pela revogação de toda a reforma.

Marcelo Carlini

Paralisação dos jornalistas da EBC

Os jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) realizaram uma paralisação de 48 horas nos dias 3 e 4 de setembro. A mobilização ocorreu por causa do novo Plano de Cargos e Remuneração (PCR) enviado pela empresa para o governo em 23 de agosto.

O plano apresentado desrespeita a jornada especial dos jornalistas e radialistas, oferecendo uma remuneração 12% menor para os cargos da atividade fim, em comparação aos demais trabalhadores analistas (Ensino Superior). Os jornalistas buscam isonomia e respeito a sua jornada de trabalho diferenciada (5 horas), conforme definida pela CLT

desde 1943.

Mais de 90% dos trabalhadores aderiram à paralisação em três praças da empresa (Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo). A EBC conta com quase 450 jornalistas entre seus mais de 1800 empregados. A paralisação impactou diversos veículos da empresa, como TV Brasil, Rádio Nacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional, Rádio Nacional da Amazônia e Rádio MEC, além dos canais de comunicação do governo, como o Canal Gov e a Voz do Brasil. Uma nova assembleia está marcada para 16 de setembro, com indicativo de mais 48 horas de paralisação nos dias 17 e 18.

Plano de Cargos e Remuneração

O atual PCR contém distorções, e os trabalhadores lutam a mais de 12 anos por um plano que diminua as desigualdades entre as diversas atividades desempenhadas na empresa. Ao longo de mais de um ano, os sindicatos negociaram com a EBC e apresentaram propostas, como novos descritivos de funções, progressão na carreira mais enxuta e tabela salarial menos desigual. As propostas foram discutidas com a base, sendo formuladas em assembleias e grupos de trabalho com a presença de empregados da empresa.

A EBC apresentou em 20 de junho a proposta final, com problemas graves

identificados pelos sindicatos, como acúmulos de funções e uma tabela salarial com base no salário-hora. O cálculo proposto pela empresa cria nova distorção, que incide diretamente na atividade fim da EBC, impondo um salário menor aos radialistas e jornalistas, ignorando a legislação específica dessas categorias. A proposta da empresa foi enviada à Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), para análise técnica e orçamentária, ignorando os apelos das entidades.

Eduardo Viné Boldt

Professores do DF contra vetos no orçamento



↳ Manifestação no DF

No dia 22/8 professores e orientadores realizaram ato na praça do Buriti (sede do Governo do DF, Brasília) seguindo chamado do SinproDF (sindicato da categoria). Na pauta, a exigência de retirada de vetos do governador

Ibaneis (MDB) à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que inviabiliza nomeações de novos servidores, valorização da carreira e reformas nas escolas. As atividades foram paralisadas em diversas escolas e centenas de professores foram ao ato. Como resultado, a promessa de um novo projeto de lei devolvendo os recursos da educação para o orçamento. É um combate que segue.

Luta por nomeações vai longe

Foram inúmeras ações dos aprovados no concurso de 2022 para começar a

recompôr um quadro de profissionais que ultrapassou a marca de nove mil carências. O ponto alto foi selar como acordo da greve de 2023 a convocação de todas as vagas imediatas e cadastro reserva. Levou ainda um ano, até julho de 2024, para que todos estes fossem convocados, cerca de 3,5 mil até agora). Olhando os números, é possível ver que ainda falta muito para resolver as carências. Portanto, a luta deve seguir em unidade para convocar todos os aprovados do concurso e começar, desde já, a preparar um próximo certame. Nesse sentido, os recursos garantidos no orçamento são fundamentais.

Vários direitos a conquistar

A força da greve e o movimento que seguiu engajado com várias paralisações

em 2024 foi capaz de tirar do papel as nomeações prometidas. Mas ainda há uma série de acordos a serem cumpridos para uma verdadeira reestruturação da carreira, como o reajuste dos percentuais de valorização para especialistas, mestres e doutores. São amostras de que a luta deve seguir nas ruas, exigindo a retomada de diversos direitos. Disposição tem de sobra, como ficou evidente no dia 22 de maio, onde a categoria paralisou atividades escolares para se somar na Marcha à Brasília pela revogação da Reforma da Previdência, trabalhista e lei das terceirizações. A sequência da luta pelas revogações, para a qual diversos sindicatos do país se organizam, também deve contar com a força do magistério do DF.

Katrina

Reunião nacional de sindicatos retoma luta pelas revogações

Sindicalistas preparam entrega de manifesto em novembro aos três poderes

Cerca de 70 entidades sindicais de pelo menos 14 estados do país compareceram à Reunião Nacional de Sindicatos, online, convocada pelo Sintrase de Florianópolis, o Sinpro de Juiz de Fora e o Simesp (SP) no dia 31 de agosto.

O objetivo da reunião foi continuar a luta iniciada pelos trabalhadores que compareceram à marcha a Brasília em 22 de maio deste ano: revogar as reformas trabalhista, da Previdência e a lei das terceirizações.

Mesmo com essa luta inscrita na pauta de várias centrais, como a CUT, coube a entidades de base reiniciar este movimento, considerado urgente por qualquer sindicalista confrontado aos efeitos dessas leis perversas aprovadas durante os governos Temer e Bolsonaro.

Além de debater as consequências das reformas sobre o conjunto da classe trabalhadora e discutir estratégias para desenvolver a luta pelas revogações, a reunião também discutiu a necessidade de integrar a luta contra o confisco dos aposentados - um dos aspectos da reforma da Previdência que está em julgamento no STF - bem como a necessidade de desenvolver a luta contra a PEC 66/2023, que estende as draconianas regras do Regime Próprio de Previdência da União ao conjunto dos regimes estaduais e municipais.

Outra questão debatida na reunião foi a de cobrar, ainda durante o processo eleitoral, que os candidatos tomem posição pela revogação das reformas.

Principal decisão

A decisão mais importante deste encontro foi o lançamento de um manifesto que pretende reunir a assinatura de, pelo menos, mil sindicalistas até novembro, quando será entregue ao presidente Lula, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. Este manifesto conclui explicando que "A luta pela revogação destas medidas (as reformas) esteve presente na motivação do voto e no próprio discurso do candidato Lula para derrotar nas eleições o bolsonarismo e sua política, mas até o agora, o governo não apresentou nenhuma iniciativa para que estes retrocessos sejam revogados." E conclui exigindo dos três poderes "a revogação da reforma trabalhista, a revogação da reforma da Previdência e a revogação da lei das terceirizações."

Na data da entrega uma nova reunião de sindicatos deve discutir novos passos da luta. Para articular estas e outras ações, uma coordenação foi apontada pela reunião com o objetivo de encaminhar as decisões. O movimento segue aberto a adesão de novos sindicatos.

Mais de 30 companheiros de diversas entidades tomaram a palavra na reunião. Publicamos abaixo o trecho de algumas falas.

Juca Gonçalves



Renê Munaro, Sintrase

No dia 22 de maio, a gente teve uma importante atividade política, uma marcha em Brasília, que foi convocada e que levou, na sua convocação, esses três pontos. Fez parte do processo de mobilização que levou cerca de 20 mil pessoas a Brasília.

Nós estamos sofrendo duramente as consequências, todos os dias, dessas duas leis e essa Emenda Constitucional. A marcha foi um instrumento onde nós pudemos nos expressar em Brasília, pedindo a revogação dessas reformas, e nessa reunião nós queremos dar prosseguimento, continuidade a essa luta nacionalmente, com sindicatos, federações, confederações, centrais, com todos aqueles que de fato querem se engajar para que a gente possa exigir algo que esteve no conteúdo social do voto dado para derrotar o bolsonarismo nesse país. Vamos exigir do governo, do Congresso Nacional e do STF, a revogação das reformas e da lei das terceirizações.



Luba Melo, Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo

Eu quero registrar para vocês uma atividade muito importante que nós fizemos ontem, que foi um ato do Sindsep, junto com o Fórum de Entidades do Município de São Paulo, mas foi um ato de contexto nacional, que foi sobre a Previdência e pela derrubada do confisco.

Nós iniciamos o ato em frente à Prefeitura e caminhamos até o Fórum. A gente teve muita adesão dos nossos servidores e das nossas servidoras, então a gente conseguiu construir um ato e fazer um diálogo com a população na caminhada.

A gente precisa trazer à tona os temas das reformas neoliberais, de quanto isso ataca a classe trabalhadora no nosso contexto municipal, no nosso município, principalmente no período de eleição em que a gente se encontra.



PC, Indústria de Produtos Químicos

Sou do setor de saneamento público aqui da capital e aqui a gente também tá sentindo muito na pele a questão da reforma trabalhista, principalmente no sentido da terceirização de toda e qualquer área.

Quem é profissional dessa área já há três, quatro, às vezes dez anos, não fica com o salário reduzido que tem. Então, tem pessoas inexperientes e aí o serviço não sai com a qualidade que deveria. E isso ainda é muito piorado pelas condições de trabalho terríveis que esses

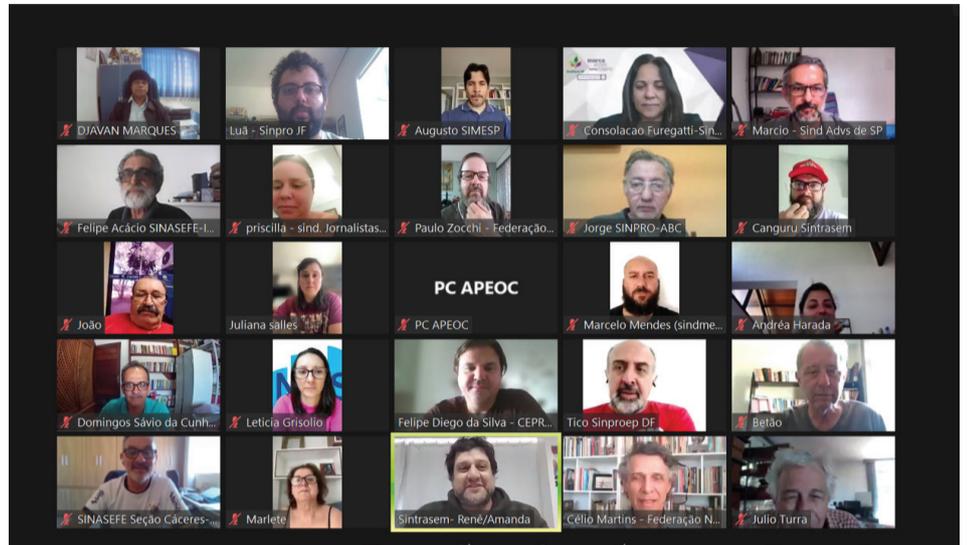


Foto da reunião no dia 31 de agosto

trabalhadores especializados têm, alta rotatividade, exploração...

Então, está afetando os trabalhadores e um serviço público que a gente mantém público há vários anos, mesmo com as investidas no capital.



Andreia Harada, Sinpro Guarulhos

Antes de mais nada, acho que a primeira coisa que a gente precisa reconhecer é a importância de um encontro como esse, para colocar de novo na nossa pauta de movimento sindical, o combate e a luta pela revogação dessas reformas, eu acho que essa manhã já é superprodutiva.

A gente tem um crescimento exponencial das formas de trabalho precário, terceirizações, quarteirizações, informalidade, em cada uma das categorias que foram referidas aqui a gente sabe que esta é a realidade que está colocada e a grande parte dos nossos sindicatos está aceitando que parte da nossa categoria seja jogada para fora da representação sindical.

Eu penso que uma primeira questão que a gente precisa enfrentar é que os sindicatos precisam se mover no sentido de representar, receber os trabalhadores informais oriundos da nossa categoria, a gente sabe que é um processo que tem empurrado para fora da legalidade ou das legislações formais parte das nossas categorias, os professores do setor privado que hoje são informais são muitos, e essa é só uma forma da precarização que eu acho que é importante a gente pensar.



Marcelo, sindicato dos metalúrgicos de Osasco e Taboão

Essas contrarreformas têm um caráter muito explícito de deslegitimar os sindicatos perante os trabalhadores e impossibilitar a representação. Então, tem o hipossuficiente, o

hipersuficiente, o contrato de trabalho autônomo, o PJ, o MEI, isso tudo tem dificultado, mesmo nas convenções coletivas, você assegurar o direito dos trabalhadores e a representação de sindical é muito difícil. Nós temos por volta de 14 convenções coletivas e ainda tem uma gama de trabalhadores que estão descobertos de qualquer uma dessas convenções coletivas.

Uma série de ataques tem atingido todas as categorias, a gente precisa discutir esse formato mesmo de uma luta conjunta. Até porque o governo Lula, quando foi eleito, ele foi eleito pelos trabalhadores com essa esperança, isso foi alimentado também, de um compromisso de rever essas contrarreformas, que impossibilitam muitos, inclusive, de se aposentarem.



Djavan Marques, sindicato dos trabalhadores da Extração de Madeira de Santa Bárbara, MG

Nós sabemos que, com a dificuldade das mobilizações, hoje tornou-se extremamente difícil para os sindicatos conseguirem filiados e, com isso, a arrecadação financeira caiu drasticamente.

Não se consegue, quando você fecha acordos ou convenções coletivas, e consegue introduzir ali uma taxa assistencial ou negocial, há um incentivo, por parte principalmente das empresas, para que os trabalhadores se manifestem contrários a esse tipo de contribuição e, com isso, isso vem provocando cada vez mais o dismantelamento e o aniquilamento de inúmeras entidades sindicais, em especial as pequenas. Então, acho que é fundamental que a gente pense em uma forma de também tocarmos nesse ponto para que seja um ponto debatido e se pensar em formas de sustentação das entidades sindicais. Porque isso é que vai garantir a sequência da nossa luta, vai garantir condições para que a gente continue organizando a classe trabalhadora para o enfrentamento.

Trama do golpe: dos acampamentos à caserna

Seriam os generais inocentes?



EVARISTO SA / AFP

↳ Freire Gomes e Bolsonaro

Em 27 de agosto a imprensa tornou pública a “Carta ao Comandante do Exército de Oficiais de Superiores da Ativa do Exército Brasileiro”, encontrada no celular do indefectível - para assuntos mais que escusos - Mauro Cid, então ajudante de ordens do tal capitão. A carta de 22 de novembro de 2022 chamava a “responsabilidade” do Exército para, através da aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) – uma excrecência acolhida pela Constituição de

1988 em seu artigo 142 – garantir que Bolsonaro, derrotado nas urnas - apesar das manobras da Polícia Federal, do derrame de dinheiro, das intimidações aos trabalhadores e muitas “cositas mas” – prosseguisse sua lambança contra a nação.

A carta vinha da caserna, com assinatura de coronéis, tenente coronéis etc., da ativa e da reserva, na qual os 37 assinantes, candidamente, diziam-se preocupados com a “insegurança jurídica e

instabilidade política e social no País”.

Segredo de polichinelo

Novembro de 2022 foi marcado pela intensificação dos acampamentos nas portas de unidades militares em todo país. Acampamentos bem estruturados, bem protegidos e frequentado pela massa de manobra do governo derrotado. Mas não só! Ali estiveram militares e seu familiares – como a esposa do general Vilas Boas, aquele que intimidou o Supremo Tribunal Federal contra Lula. Acampamentos mais que tolerados, incentivados, com o apoio e “carinho” até mesmo do atual Ministro da Defesa, José Múcio, falando que eram “manifestações democráticas”, nas quais tinha parentes!

A carta veio a público agora. Mas, vamos estabelecer: o conluio entre a massa ignara na frente dos quartéis e a cúpula do Exército era “transmissão de pensamento”. A convivência entre os acampamentos e a caserna era um segredo de polichinelo. Do tipo “deixa rolar, vamos ver no que dá”.

Em recente entrevista (Uol, 9/9) José Múcio, nos conta outro conto da carochinha. Segundo disse, após divulgação da carta, os militares envolvidos “faziam parte da mão de obra do presidente que saiu. O entorno do presidente tinha muito militar”. Ah é, é? E só arraia miúda? Indivíduos e não as

instituições?! E o general, pobre coitado, sofrendo pressão desta mão de obra?

O que fez o general?

Diante da carta, seu destinatário, o então comandante do Exército, general Freire Gomes, nada fez a não ser dizer que tomava como uma pressão. E tudo seguiu sob sigilo militar. Seria o comandante mais um membro da “mão de obra do presidente que saiu”, como nas palavras do atual ministro da Defesa? Ou um representante da tutela militar sobre o país? Os milicos, garantidos pela Constituição de 1988 em seu artigo 142, estão bem preservados. Sargentos, majores e coronéis até poderão ser punidos (ainda não há publicidade de punição, como não houve no caso de Pazuello), num processo sob controle da Justiça Militar. Veremos.

E os generais? Livres, leves e soltos?

Abaixo o artigo 142 da Constituição de 1988! O que não virá deste Congresso. No momento em que escrevemos este artigo, o Congresso está mobilizado para votar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a anistia aos golpistas de 8 de janeiro. Também no Congresso, além das Forças Armadas, tem “muita mão de obra do presidente que saiu”! Falta ao governo Lula e a nosso partido a decisão de desmontar esta obra.

Misa Boito

Aumentam os casos de violência das Guardas Municipais

“Ela era uma menina muito sonhadora, muito feliz, não reclamava de nada”. Assim é descrita por sua avó, Camilly Lima, adolescente de 17 anos. Camilly foi alvejada pelas costas com um tiro efetuado pela Guarda Municipal de São Paulo. Camilly é mais uma vítima, entre várias no país, da violência dessas guardas, as GCMs.

É crescente em todo o Brasil o processo de armamento/militarização das GCMs, com armas de alto calibre e extremamente letais. A escalada da violência e da truculência está sendo rápida. Essa escalada vem da mudança da característica da própria instituição Guarda Municipal, desde que foi reconhecida como parte ativa do sistema de segurança pública, ganhando, assim, característica de polícia municipal. Foi a partir desse entendimento que, por exemplo, prefeituras como a de Vitória (ES) criaram a ROMU (Ronda Municipal), setor de elite da guarda local, com viaturas, armamento, cães e treinamento de polícia repressiva. Desde então, a Guarda Municipal de Vitória

vem protagonizando atos dos mais violentos na cidade.

Infelizmente o caso de Camilly não é isolado. Em 2021, Matheus Noga, jovem de 22 anos, morador de Curitiba, foi vítima de nove tiros disparados pela guarda local. Este ano, em Guarulhos, um adolescente de 16 anos foi baleado pela GCM, em uma dispersão de um baile funk. No Rio, os camelôs vêm sofrendo com a truculência das guardas, que ataca manifestações com forte armamento. São casos que têm se tornado corriqueiros na vida do povo, principalmente, dos jovens.

Hoje há em discussão a PEC 57/23 (e alguns PLs), que quer oficializar a guarda como polícia municipal, comandadas pelas prefeituras. No Brasil, há, pelo menos, 1467 guardas estruturadas (26,3% dos municípios do país) com um total de mais de 95 mil profissionais. Se aprovada a PEC, a guarda, oficialmente, poderá ser treinada pelas Forças Militares Federais e Estaduais e demais órgãos que integram a segurança pública. Seria autorizar a



↳ Manifestação em SP em função do assassinato de Camilly

generalização do treinamento e hierarquia iguais as das PMs que já conhecemos, que desde a ditadura militar se orientam a tratar o povo como inimigo interno, como se fosse um exército em guerra. Ao fim, cada prefeito terá uma polícia para chamar de sua e cada cidadão terá mais repressão no dia a dia. É por essas questões que a luta contra o armamento das guardas e a sua

militarização é fundamental!

A questão é pauta importante nas eleições municipais deste ano. Em vários municípios o debate vem ocorrendo. É urgente frear esse processo, para podermos garantir maior segurança para o povo, ou casos como de Camilly e Matheus se tornarão mais comuns.

Jeffei

Emendas imparáveis

STF faz “conciliação” ao invés de defender a nação



↳ Conciliação das Emendas no STF

Há um mês, o ministro Flávio Dino do STF suspendeu as emendas parlamentares impositivas que burlavam as restrições da Corte. Os presidentes da Câmara e do Senado não gostaram de ver questionado seu avanço sobre as verbas do Orçamento. Lula reclamou que “não era possível” os parlamentares abocanharem metade da parte do Orçamento não-discrecional (isto é, fora das despesas obrigatórias, como os pisos constitucionais) que é gerida pelo governo federal, mas está sendo distribuída de forma clientelística.

Parecia que alguma coisa ia acontecer. Mas o STF chamou os três poderes a uma “conciliação”. O acordo não reduziu o volume das verbas garfadas, apenas propôs “transparência” dos autores e vagos critérios de “projetos estruturantes” e “interesse nacional ou regional”.

De novo a questão das instituições

O STF nunca declarou

inconstitucionais as emendas porque elas vêm da Constituição de 1988. Desde então elas só crescem, apesar de vários escândalos de corrupção. Agora há emendas individuais de parlamentares, de bancadas estaduais, de comissões temáticas e do relator do Orçamento, cada vez mais impositivas e menos transparentes.

Não há termo de comparação internacional para esta instituição, mas ela não foi desmontada nos governos do PT. Em 2015, a direita tornou impositivas (obrigatórias) as emendas individuais. Em 2019, três senadores do PT estiveram entre os proponentes da PEC 105 criando a “transferência especial” que dispensa a prestação de contas (emendas Pix).

Na verdade, para assegurar sua reeleição e de apaniguados, todos os deputados e senadores participam desse sistema para fidelizar e disputar bases eleitorais de prefeitos e vereadores. A

instituição se reproduz nos Orçamentos dos estados e grandes municípios. Uma consequência notável no caso do PT é a maior verticalização do poder ao redor dos parlamentares, e a cada vez menor renovação genuína e participação democrática das bases.

Impacto eleitoral

A distribuição das emendas não tem planejamento nacional e gera resultados caóticos: desigualdade de cidades “patrocinadas”, projetos não-executados, verbas “transferidas” e corrupção, além de que emendas sem apelo eleitoral imediato, como para a prevenção de desastres, nem interessam aos parlamentares.

A imprensa já publica levantamentos da força “eleitoral” do oficialismo local respaldado nas emendas, em geral em detrimento do PT. O mapa dos resultados eleitorais de outubro mostrará como essa instituição beneficia o centro e a extrema-direita, que têm mais chegada nas cúpulas da Câmara e do Senado. As eleições são, nesse sentido, cada vez mais viciadas.

Até quando?

Isso não é democrático e desconfigura a construção de uma nação de cidadãos cujo Orçamento possa caminhar para um futuro que assegure os direitos em pé de igualdade. Até quando continuará a instituição das emendas parlamentares? Até quando o Congresso servirá ao poder econômico e a pequenos interesses locais, e não ao desenvolvimento nacional? Até quando o STF continuará as esdrúxulas “conciliações”, a exemplo do Marco Temporal, ao invés de defender conquistas democráticas inscritas na Constituição, acolhendo contrarreformas como as da Previdência e a trabalhista, e a lei das terceirizações ilimitadas?

Até quando - é a única conclusão - a força da mobilização social colocar na ordem do dia a convocação de uma Constituinte Soberana para reformar o Estado de cabo a rabo. Este é um debate atual.

O povo brasileiro não está condenado a viver sob instituições caducas à serviço da opressão e da exploração.

Markus Sokol



O CASO MUSK, OS EUA E AS ELEIÇÕES

O STF suspendeu a rede social X por descumprir decisões do STF - bloquear perfis, pagar multas e designar um representante no Brasil - mas a decisão de Alexandre de Moraes ainda será submetida aos ministros. O dono bilionário do X, Elon Musk, saiu gritando pela “liberdade de expressão” tal como os bolsonaristas, e provocou Lula, em óbvio apoio eleitoral à extrema-direita. Mas a sua outra empresa, Starlink, recuou e acatou a justiça. A embaixada dos EUA disse que “a liberdade de expressão é um pilar fundamental em uma democracia” e acrescentou cinicamente que “não comenta decisões de Tribunais”.

Espera-se que o STF defenda a soberania nacional e não parta para a “conciliação” pública ou privada.

Povos indígenas abandonam negociação no STF

“Conciliação ilegítima”

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) anunciou em 28/8 sua saída da Câmara de Conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF), criada para discutir a polêmica Lei do Genocídio Indígena (Lei 14.701/2023). A decisão, tomada após a segunda audiência da comissão, marca um impasse nas negociações e acirra o debate sobre o futuro dos territórios indígenas no país.

A Apib argumenta que as condições impostas para a participação na tal câmara, como a recusa da ampliação da participação de mais representantes das comunidades afetadas, a impossibilidade de se expressar nas línguas originárias e a falta de garantia de que os acordos seriam respeitados, inviabilizam qualquer tipo de negociação. A tal conciliação seria em torno da tese do marco temporal, retomada na Lei 14.701 busca limitar a demarcação de terras indígenas àquelas ocupadas até a promulgação da Constituição de 1988.

Conciliação com invasores das terras indígenas?

A Câmara de Conciliação foi criada pelo ministro Gilmar Mendes e contava com a participação de membros do Senado, da Câmara dos Deputados, do Governo Federal, dois governadores e um representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). Na audiência de 5 de agosto, foi proposto pelo STF que os acordos feitos deveriam ser votados. Caso não houvesse consenso entre as partes, as decisões seriam tomadas pelo voto da maioria.

Os povos indígenas possuíam apenas seis lideranças, contra representantes do Congresso Nacional, nos quais a maioria já havia declarado ser a favor da tese do Marco Temporal. Para se ter uma ideia, os deputados indicados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) foram Pedro Lupion (PP-PR), presidente da frente parlamentar dos



latifundiários e Bia Kicis (PL-DF), uma das principais lideranças do bolsonarismo. É possível conciliar com essa gente? Com essas instituições? A Apib disse que não. “Qualquer medida conciliatória desta câmara, sem a

participação dos povos indígenas, será ilegítima!”, declarou Maurício Terena, coordenador jurídico da Articulação.

Alexandre Linares, com informações do site apiboficial.org

México: avança a reforma judicial de Obrador

Claudia Sheinbaum toma posse em 1º de outubro em meio à discussão



↳ Manifestação no México em defesa da reforma judicial

Publicamos abaixo o editorial de “El Trabajo”, jornal da seção mexicana da 4ª Internacional, sobre a crise política aberta com o avanço da reforma do poder judiciário encaminhada pelo presidente Obrador ao apagar das luzes de seu mandato.

“Chegamos ao final do governo de López Obrador. O presidente deixou para esse momento a apresentação de um pacote de reformas. Entre elas, está em discussão e no centro da situação política do país, a reforma judicial, cujo objetivo, segundo declara o presidente, é eliminar a enorme corrupção que impera (com exceções) entre os juízes.

A reforma consiste na eleição pelo

voto popular e universal dos juízes, magistrados e ministros da Suprema Corte de Justiça. No caso dos ministros, a reforma suprime o seu método de designação seguido desde 1917: a presidência do país enviava ao Senado uma lista tríplice e o postulante que obtinha maioria de dois terços de votos era o indicado. Se o Senado não resolvesse a questão em 30 dias, cabia ao presidente da república designar o ministro.

A reforma judicial já foi aprovada na Câmara dos Deputados em 4 de setembro pela maioria governista saída das eleições de junho, o Morena (partido de Obrador) e seus aliados do Partido Verde e Partido do Trabalho,

obtiveram a maioria qualificada de dois terços que é exigida para emendas constitucionais, e agora vai ao Senado.

Não à ingerência do embaixador dos EUA!

A iniciativa suscitou ataques políticos da direita. Além disso, num fato sem precedentes, o embaixador dos EUA, Ken Salazar, convocou uma coletiva de imprensa na qual declarou: “a eleição de juízes pelo voto popular traz riscos para a democracia mexicana e para a integração da América do Norte”. Disse ainda que a reforma facilitaria a intervenção do narcotráfico no poder judiciário.

A participação do povo mexicano

na eleição de juízes e ministros da Suprema Corte seria um risco para a ‘democracia mexicana’? De onde tira essa conclusão o embaixador? Nos próprios EUA os juízes são eleitos por voto universal em mais de 40 estados.

Seria o temor de que o povo mexicano avance em sua consciência política e rechace a enorme corrupção que impera no poder judiciário? Que a luta pela democracia tome uma nova dimensão? Desde o ponto de vista do embaixador dos EUA, representante dos interesses do capital imperialista, há que se manter afastado o povo mexicano.

A soberania do povo é poder intervir na eleição dos poderes legislativo, executivo e, também, do poder judiciário, eleger os membros de todas as instituições do Estado.

A agitação da direita e dos meios jornalísticos, a ingerência do embaixador dos EUA, buscam confundir e empurrar os trabalhadores de base do poder judiciário a manifestações em defesa do atual estado de coisas, sem levar em conta que isso leva à continuidade da corrupção e à decomposição política no país.

É necessária a mobilização do povo para arrancar a eleição por sufrágio universal dos juízes e ministros do poder judiciário, bem como é necessária a organização política independente dos trabalhadores para conseguir que essas reformas democráticas avancem até o fim e abram caminho para uma verdadeira transformação do país.”

Liberdade para Jorge Glas no Equador!

Atos em embaixadas e consulados dia 12/9

Nos últimos anos a intervenção dos Estados Unidos nos países latino-americanos se materializou na manipulação da justiça (Lawfare) para perseguir lideranças progressistas falsamente acusadas de corrupção, condenadas sem provas, presas e impedidas de participar da vida política de seu país.

A guerra judicial contra o ex-vice-presidente do Equador, Jorge Glas Espinel, levou à sua condenação, em dezembro de 2017, a seis anos de prisão pelo chamado “caso Odebrecht”, que também foi utilizado no Brasil para prender o presidente Lula.

Glas permaneceu preso até novembro de 2022. Dois habeas corpus foram revogados por iniciativa direta da atual Presidência da República, de Daniel Noboa. O Estado equatoriano rejeitou

a aplicação das medidas cautelares concedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Em agosto de 2023 o STF (Supremo Tribunal Federal) do Brasil, invalidou as provas principais usadas no famoso caso Odebrecht. Contudo, a Procuradoria Geral decidiu que esta documentação permaneceria arquivada. Depois de ficar preso 5 anos e 4 meses ganhou o direito de liberdade provisória. Mas as ameaças continuaram.

Foi nesse contexto que ele pediu asilo político ao governo mexicano e em 17 de dezembro entrou na embaixada desse país. Recebeu o direito ao asilo em 5 de março de 2024. Mas ao invés de dar a Glas um salvo-conduto para o México, no mesmo dia 5 de março o governo de extrema-direita de Daniel Noboa organizou uma invasão



↳ Jorge Glas sendo sequestrado da embaixada do México no Equador

à embaixada em Quito, o sequestrou e prendeu.

Em seguida foi formado um Comitê Internacional pela sua liberdade. Recentemente foi lançada a proposta de uma jornada mundial no dia 12 de setembro (no fechamento dessa edição), que foi encampada pela Revolução Cidadã, partido popular

do qual fazem parte Jorge Glas e o ex-presidente Rafael Correa. O Diretório Nacional do PT e a CUT nacional apoiam a iniciativa. Essa é uma luta que se conecta com a defesa da democracia, a luta por direitos sociais para as maiorias trabalhadoras e pela soberania nacional do Equador e de todos os países da América Latina.

Eleições nos EUA: a convenção do Partido Democrata e a questão palestina

Publicado no Informations Ouvrières (IO), 31 de agosto de 2024

De 19 a 22 de agosto foi realizada em Chicago a Convenção do Partido Democrata Americano (DNC). A DNC recebeu mais de 4 mil delegados para nomear a candidata Kamala Harris para as eleições presidenciais de 5 de novembro. Ela confrontará Donald Trump do Partido Republicano. Estavam presentes na convenção trinta delegados Uncommitted (não-comprometidos), ou seja, não comprometidos com a candidatura de Biden e agora com a de Harris, devido ao seu apoio ao genocídio do povo palestino. Delegados não-comprometidos foram mandatados por 700 mil americanos durante as primárias democratas para exigir um cessar-fogo em Gaza e o fim das entregas de armas a Israel.

Dentro e fora da convenção, ocorreram inúmeras iniciativas, com o apoio da DSA (Socialistas Democratas da América). Informations Ouvrières (IO) esteve lá e apresenta esta reportagem:

Entrevista com Cherrene Horazuk, ex-presidente do sindicato de funcionários da Universidade de Minnesota



Até que ponto os sindicatos estão participando na manifestação de hoje?

Somos principalmente membros comuns de vários sindicatos, em oposição aos líderes sindicais oficiais. Alguns sindicatos menores apoiaram a marcha, como o Starbucks Workers United.

Kamala Harris declarou num comício, em resposta aos manifestantes pró-palestinos que interromperam o seu discurso, que eles eram a favor da eleição de Trump. Como você reage a esse comentário?

Kamala Harris, que faz parte da administração Biden, apoiou o genocídio em Gaza desde o ano passado e forneceu ajuda militar a Israel, mais do que qualquer outro país. Esta administração, Biden e Kamala Harris, tem sangue nas mãos. Se quiser obter o apoio dos cidadãos nas eleições, terá de provar que seguirá um caminho diferente. Não podemos dizer o que Trump fará no conflito

Palestina-Israel. Tenho certeza de que não será bom, mas sabemos o que o presidente Biden e a vice-presidente Harris já fizeram. ■

Entrevista com Brandon Mancilla, dirigente da 9ª região do UAX (Sindicato de Trabalhadores de Automóveis)



Você iniciou a Coalizão de Cessar-Fogo dos Trabalhadores Americanos?

Junto com o Sindicato dos Correios, o Sindicato dos Eletricistas, a Associação dos Comissários de Bordo e muitos outros sindicatos, sim.

Você poderia explicar por quê?

O movimento sindical deve desempenhar um papel vital na política pró-trabalhadores e pró-paz neste país. Mais recentemente, seis dos filiados a nossa rede sindical, incluindo o UAW (representando mais de 9 milhões de membros nos EUA – nota do editor), manifestaram-se a favor de um embargo de armas.

Você também participa da campanha “Nenhuma bomba a mais”? Sim, apoiamos a campanha

“Not Another Bomb”. A carta que enviamos à administração Biden exige essencialmente um embargo de armas e a proibição do envio de mais bombas, a fim de alcançar um cessar-fogo.

Após o lançamento do apelo, a administração Biden continuou a apoiar Israel. Quais são as próximas medidas?

Continuar com a pressão. A campanha de Kamala deve compreender que a sua eleição depende de encontrar uma solução para as questões dos diversos grupos, sejam eles os “não-comprometidos”, os jovens, os de origem palestina ou pessoas conscientes. Eles querem que as coisas aconteçam. E todos queremos evitar outra administração Trump. ■

Entrevista com Benjamin Teller do Vozes Judaicas pela Paz (JVP)



Você pode nos explicar o que o JVP faz contra o genocídio do povo palestino?

Hoje estamos aqui com milhares de nossos companheiros. Esta é também uma marcha liderada por ativistas negros e palestinos.

Defendemos um embargo imediato de armas a Israel. Os EUA enviam bilhões de dólares em bombas, armas e financiamento para apoiar o genocídio que já matou mais de 40.000 pessoas em Gaza. Dinheiro que deveria ser usado para habitação, para educação, emprego e saúde. E por isso estamos aqui para defender veementemente o embargo, o fim da ocupação israelense e do apartheid e o fim do apoio americano a Israel.

Você pode explicar qual é a diferença entre antissemitismo e antissionismo?

Israel é um Estado, certo? Um Estado não tem direitos em si. Existe para proteger os direitos das pessoas. Atualmente Israel é uma potência que ocupa a Palestina, o que acarreta obrigações particulares à luz do direito internacional. Israel tem obrigações muito estritas para proteger os direitos dos palestinos, mas não o faz, comete genocídio e limpeza étnica. Podemos, portanto, denunciar as ações deste Estado e de seus líderes, que são crimes contra a humanidade, não porque sejam judeus (semitas), mas porque são criminosos de guerra. ■

“Macron destituição!”

300 mil protestam em toda a França

O presidente Macron se recusou por dois meses a reconhecer a vitória da Nova Frente Popular nas eleições parlamentares e nomear a primeira-ministra indicada pela NFP. O que aterroriza os poderosos são os seus pontos do programa, como a revogação da reforma da Previdência, o aumento imediato do salário-mínimo e a volta do imposto sobre as grandes fortunas.

Agora, ele nomeou Michel Barnier do partido Republicanos (direita) que obteve 5% nas eleições! Até o jornal Le Monde reconheceu que “a evidente anomalia está longe de fechar a crise política e de confiança”. É um escárnio, mas a Constituição da Vª República permite ao presidente-monarca manobrar contra a vontade popular expressa numa maioria relativa e mesmo absoluta. Agora, para poder governar, o primeiro-ministro terá que formar maioria parlamentar suficiente com a direita e a extrema-direita.

No dia 7 de setembro, chamados

por organizações de juventude e a França Insubmissa (FI), 300 mil pessoas manifestaram-se em mais de 150 cidades, 160.000 só em Paris. Os atos foram densos e combativos, com muitos jovens. O golpe antidemocrático de Macron foi claramente rechaçado. Inúmeros cartazes feitos à mão protestavam contra a negação da democracia, e muitos comparavam Macron a um rei... A multidão gritava com força “Demissão de Macron” e “Renúncia de Macron”.

“Se Macron é o responsável, é ele quem deve ir embora”

Em Paris, o discurso de Jean-Luc Mélenchon, líder da FI, foi muito aplaudido ao dizer “Se Macron é o responsável, é ele quem deve ir embora”. E este sentimento não é só dos manifestantes, pois uma pesquisa recente indica que 52% da população é a favor da demissão de Macron. E por um bom motivo. Será que Macron pensa que ao nomear o reacionário Barnier conseguirá apagar o voto de milhões no programa da NFP?



↳ Lê-se no cartaz: onde está a democracia?

Pensa ele que acabará por conseguir que as suas medidas reacionárias sejam aceites pelos milhões que o rejeitaram três vezes nos últimos meses, nas eleições europeias, no primeiro e segundo turno parlamentar?

Na verdade, ao ignorar as evidências e negar os princípios elementares da

democracia, Macron empurra as centenas de milhares que responderam ao chamado da FI no último dia 7 contra o seu golpe, e por trás desses milhares, os milhões que questionam, para encontrarem soluções noutros lugares que não o voto.

Correspondente

Solidariedade ao povo palestino

Universidade de Chicago:
"Voltaremos aos câmpus"

Entrevista com Evgeny Stolyarov, estudante universitário em Chicago e membro do Jewish Voice for Peace (A Voz Judaica pela Paz - JVP) pelo jornal francês Informações Operárias

Você participou da mobilização contra o genocídio aqui em Chicago. Você pode nos contar sobre isso?

Evgeny Stolyarov: Me organizei para tentar fazer com que os estudantes da Northwestern University, e principalmente os estudantes judeus, se unissem para dizer que, como judeus e pessoas de todo mundo, acreditamos que todos devem ter direito à segurança, sejam eles negros ou brancos, estejam em Chicago, Palestina, França ou Rússia (onde nasci) contra o establishment político e os líderes políticos que se recusam a ouvir o povo.

Qual é a situação desse movimento?

E. S.: Na Northwestern, e em todos os câmpus dos Estados Unidos, muitos estudantes se lembram do movimento de acampamentos, o movimento em defesa do povo palestino dos últimos dez meses. E estão tentando aprender com isso e se organizar em torno de



↳ Lê-se na faixa "judeus dizem cessar-fogo já!"

uma bandeira unificadora, seja você judeu ou palestino, seja estudante estrangeiro ou americano. Para que, quando voltarmos às aulas em setembro, continuemos nossa luta pela libertação da Palestina, mesmo que as direções dos câmpus pensem que acabaram com nossas mobilizações.

Você ouviu falar sobre o que aconteceu no mundo, e mais particularmente na França, como na Sorbonne?

E. S.: Sim, houve estudantes, seja em Oxford, na Sorbonne ou em outros lugares, que se mobilizaram, e acho que há laços internacionais cada vez mais fortes entre os estudantes de diferentes lugares no mundo. Houve um

compartilhamento de informações e de táticas e um entendimento de que estamos todos unidos pela mesma causa, no mesmo movimento, e que também estamos unidos contra as mesmas forças repressivas, seja a polícia de Chicago ou a polícia de Paris.

Como jovem, o que você acha da eleição, e o que está acontecendo hoje nos EUA?

E. S.: Acho que muitos estudantes veem as eleições em termos de líderes políticos, e acho que todos entendem que não se trata apenas da próxima eleição, mas que existem líderes políticos que ainda são capazes de tomar decisões. É por isso que, como estudantes do JVP, estamos trabalhando para que nossos líderes políticos nos ouçam e entendam que as eleições podem ser em novembro, mas que as bombas estão sendo lançadas agora, e é agora a hora de se ter um embargo de armas.

Você pode explicar um pouco sobre a situação da universidade?

E. S.: O que vimos é que, nos diferentes tipos de universidades nos Estados Unidos houve diferentes

procedimentos: os governadores enviaram policiais estaduais para universidades públicas e, em universidades privadas como a Northwestern ou Chicago, enviaram suas próprias forças policiais sem precisar pedir ao governador.

As reitorias não estão lá como amigas, elas estão lá para evitar qualquer manifestação por parte dos estudantes. Sabemos que daqui a cinquenta anos, em seus sites, todos dirão "estamos muito orgulhosos da universidade por sua longa história de ativismo, de ter esses alunos" quando, na verdade, a universidade estava nos prendendo também cinquenta anos atrás.

Como você vê o desenvolvimento do movimento da juventude contra o genocídio na Palestina?

E. S.: Certamente veremos um aumento nas conexões internacionais. Durante todo o verão houve muito esforço por parte dos estudantes em Paris, no Reino Unido, na Alemanha, nos Estados Unidos, em todo o mundo, para criar vínculos internacionais. Também veremos um monte de novas táticas. A tática de acampamento que foi muito eficaz e acho que será interessante de se ver, no outono, quando os alunos voltarem, quais serão as outras táticas usadas contra as direções dos câmpus.



↳ Debate na UNEMAT, campus Cáceres

Debate na UNEMAT

Abaixo assinado pela ruptura de relações acadêmicas ganha adesões

No último dia 2 de setembro foi realizada uma manifestação em solidariedade ao povo palestino no campus Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT - intitulada "A guerra em Gaza: o povo palestino e a luta pelo cessar-fogo imediato". Promovida pela Associação dos Docentes da UNEMAT - ADUNEMAT - e pelo DCE do campus Cáceres, o debate contou com cerca de 50 participantes, entre estudantes e professores.

Na atividade foi feito um relato histórico da questão até chegar ao massacre atual em Gaza e o papel do sionismo no conflito. Durante a atividade

a presidente do DCE, Aline Casimiro, apresentou a Rede de Estudantes em Solidariedade ao Povo Palestino, com o abaixo assinado que pede a ruptura de relações acadêmicas das universidades brasileiras com universidades israelenses, na medida em que essas relações acabam por fortalecer o Estado de Israel.

Durante a atividade, muitos dos presentes aderiram ao abaixo assinado, que correu entre os participantes; outros levaram cópias para serem passadas nas salas de aula.

O presidente da ADUNEMAT, professor Domingos Sávio, falou sobre

o papel do Estado sionista de Israel como defensor dos interesses da indústria armamentista e como vendedor de armas que abastece as polícias de muitos estados brasileiros, inclusive de Mato Grosso, e são usadas para reprimir o povo trabalhador brasileiro em suas lutas por direitos.

O DCE Cáceres e a ADUNEMAT se comprometeram a continuar a sua solidariedade militante com o povo palestino, divulgando ações que são realizadas pelo mundo, bem como promovendo novas atividades no campus.

Correspondente

IMPERIALISMO
FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

NOVA EDIÇÃO DA
OBRA DE LÊNIN

A única com o apêndice original da obra: o Manifesto de Basileia (1912), censurado após a morte de Lênin.

A edição conta com apresentação de escrita por Julio Turra e um verbete biográfico de V. I. Lênin feito por Leon Trotsky.

Compre seu exemplar!

PROMOÇÃO
de ~~R\$69,00~~
por apenas
R\$40,00
+ despesas de correio



Peça seu exemplar para um colaborador do jornal O Trabalho
Ou pelo e-mail:
novapalavraeditora@otrabalho.org.br